

1 **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES**
2 **MINEIROS DO BAIXO PARANAÍBA – CBH PN3**

3 Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba
4 – CBH PN3, realizada aos 9 dias do mês de março do ano de 2021, terça-feira, às 08h30min, por meio de vídeo
5 conferência via plataforma Jitsi Meet, acesso no link: <https://meet.jit.si/CBHPN3>, com a instalação do quórum
6 exigido no Regimento Interno do CBH PN3. Estiveram presentes os seguintes conselheiros titulares: Diego
7 Jorge de Oliveira Machado-PMMG; Cristiana Batista Costa-IEF – Instituto Estadual de Florestas; Robson
8 Rodrigues dos Santos-IGAM; Bruno Neto de Ávila-IGAM; Amilton Alves Filho- SEMAD; Otalino Rodrigues Filho-
9 SES-Secretaria de Estado da Saúde de Ituiutaba; Eduardo Siquieroli - Polícia Civil de Minas Gerais; Rodrigo
10 Esteves de Melo - SEAPA; Elaine Aparecida Santos Oliveira-Prefeitura Municipal de Araporã; André Luiz Borges-
11 Prefeitura Municipal de Araporã; Alisson Camargos-Prefeitura Municipal de Ituiutaba; Sandro Domingues
12 Parreira-Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas; José Humberto de Assis-Prefeitura Municipal de
13 Campina Verde; Maria Martins Pedrosa-AMVAP; Maurício Garvil-ACII; Maria Eduarda Rodrigues da C.
14 Gonçalves-FIEMG; Dênio Drummond Procópio-CEMIG; Carlos Humberto Franco Machado-SAE/Ituiutaba;
15 Clarimério Mamede Ferreira-COPASA; Anamaria Moya Rodrigues-Hidrosal; Sergio Gustavo Resende Leal-
16 FONASC; Polyanna Custódio Duarte-ANGÁ; Eurípedes Luciano da Silva Júnior-ANGÁ; Leila Ferreira de Rezende-
17 AMEDI; Gustavo Malacco-Neoambiente; Marisa Malfer de Moraes-OAB-MG/44ª Subseção; Antônio Giacomini
18 Ribeiro-ABES; Paulo Luiz Galvão Alves-CREA/MG. **Abertura:** De acordo com o item 1 da pauta, o presidente do
19 comitê, Antônio Giacomini iniciou, informando que a reunião seria com foco em formação e informação e não
20 em tomada de decisões. Explicou que por razões técnicas não foi possível a realização da mesma em caráter
21 ordinário no dia 02 de março, conforme previsto no calendário. Por isso a reunião de hoje passou a ser
22 considerada “extraordinária”, embora contemple o mesmo conteúdo. Cumprimentou os novos conselheiros,
23 Alisson Camargo-Prefeitura Municipal de Ituiutaba, sua suplente Muriel Vilarinho e Gustavo Malacco
24 representante da instituição Neoambiente. Pediu atenção e colaboração de todos para que a pauta fosse
25 contemplada até o item 6, até as 10:00hs, pois a partir deste horário o grupo OGA Brasil (Observatório da
26 Governança das Águas do Brasil) estará apresentando seu projeto. O item 2 da pauta contemplou a aprovação
27 da ata da 8ª Reunião Extraordinária do CBH-PN3, realizada na data de 01 de dezembro de 2020. Robson-IGAM
28 solicitou 02 correções relativas à sua participação apenas por questões de colocação verbal e coerência.
29 Seguiu-se a votação e uma vez que não houve manifestações contrárias a ata foi aprovada. No item 3, palavra
30 dos conselheiros, Sandro Domingues Parreira, representante da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de
31 Minas informou que por conta do período de eleições no final do ano de 2020 a representação do município
32 estava ausente, mas que atualmente ele foi reconduzido ao cargo de conselheiro retomando assim sua
33 participação. No item 4 - Referendar - Deliberação CBH PN3 nº 43, de 27 de janeiro de 2021 – Aprova o plano
34 de ações estratégicas do Comitê – Exercício 2021. Giacomini relata, que a mesma já havia sido entregue no
35 mês de janeiro. Foi realizada uma revisão do plano com comentários dos pontos mais relevantes como: a


36 objetividade e cumprimento das metas para que sejam aplicadas no próximo ano. Fatores que foram levados
37 em consideração na elaboração, foi o plano plurianual de aplicação dos recursos da cobrança e a implantação,
38 e priorização da mesma sobre os recursos hídricos. A importância da execução das ações necessárias para que
39 se defina o modelo de agência mais adequado juntamente com a metodologia e os valores a serem
40 estabelecidos e aplicados (referente ao PPU). Antônio Giacomini reforçou que a escolha da agência bem como
41 a celebração do contrato de gestão referente ao tema precisa ocorrer até o final deste ano juntamente com a
42 aprovação da metodologia de cobrança e a definição dos valores (PPU-preços públicos unitários). Destacou
43 que de acordo com a realidade do comitê, o ideal seria escolher uma entidade equiparada que melhor viabilize
44 a sustentabilidade na implementação dos instrumentos do plano. Informou que pelo bom trabalho
45 desenvolvido na implantação das Câmaras Técnicas nos dois últimos anos, o PN1 já definiu a metodologia de
46 cobrança e também os valores (PPU) que, em breve serão encaminhados para plenária. E sendo de
47 conhecimento da CTRIE, toda essa movimentação (as discussões, diálogos e relacionamento com o IGAM,
48 etc.), espera-se que a mesma dê agilidade aos encaminhamentos do nosso processo. Sobre a elaboração do
49 plano plurianual, reforçou que está vinculada à implantação da cobrança, ou seja, a partir do momento que
50 se implanta a cobrança existe uma expectativa de receita que requer uma definição sobre como trabalhar com
51 esse dinheiro. Sobre a mobilização social citou a criação da página eletrônica do CBH PN3. Na educação
52 ambiental reforçou que teremos que elaborar um plano básico bem como apoiar institucionalmente iniciativas
53 nesta área. Apontou a proposta de elaboração de material pedagógico sobre o tema e aproveitou o momento
54 para sugerir aos conselheiros que em momento mais oportuno seja criada uma comissão ambiental para
55 melhor tratamento das questões que o envolvem. Na parte de capacitação dos membros do PN3 e das
56 Câmaras Técnicas lembrou que já existe uma articulação com o IGAM sobre cobrança nos recursos hídricos.
57 Outra capacitação sinalizada é de âmbito federal e será oferecida pelo próprio CBH Paranaíba. O assunto será
58 tratado em reunião com o Paranaíba na próxima quinta-feira e posteriormente as novidades serão divulgadas.
59 Mencionou a importância de uma boa integração do comitê junto aos municípios conforme proposto na meta
60 de planos setoriais buscando articulação política junto a eles e já pensando também na participação deles
61 junto à elaboração dos Planos Diretores. Informou que já está sendo realizado um cadastro dos municípios
62 com vistas para início destas ações. Na questão dos planos setoriais, ressaltou que, cabe aos segmentos
63 formadores (os setores de planejamentos: usuários, regional, estadual e nacional), garantir a
64 representatividade atuando sempre nos moldes da gestão participativa e descentralizada para ampliar e
65 fomentar as discussões de políticas públicas em conjunto com o CBH Paranaíba, ação positiva que vai de
66 encontro à proposta de uma nova formulação para os regimentos dos comitês por parte do Conselho Estadual
67 de Recursos Hídricos com a participação do IGAM no encaminhamento de proposta para avaliação.
68 Terminados os comentários sobre o conteúdo do quadro, Giacomini apontou a implantação das câmaras de
69 cobrança, o plano plurianual e a capacitação como pontos mais importantes a serem agilizados no decorrer
70 do ano pelo comitê e a seguir abriu o momento para participações. Polyana-ANGÁ deu os parabéns à CTPLAN

71 pelo ótimo trabalho na atualização e formulação do Plano de Ações Estratégicas do Comitê – Exercício 2021.
72 Informou o recebimento de uma minuta a respeito dos encaminhamentos tratados pela câmara e que as
73 reuniões de alinhamento com o IGAM têm ocorrido e contribuído para o avanço das discussões. Gustavo -
74 Neoambiente considerou que o comitê deve aproveitar a oportunidade atual dentro dos planos setoriais de
75 aproximação e organização junto aos municípios promovendo consórcios junto a eles inclusive aproveitando
76 a ocorrência da “Sanção Marco Legal do Saneamento”. Pontuou que o comitê tem condições de assumir o
77 papel de protagonista deste processo direcionando os trabalhos regularizadores e concomitantemente
78 estreitando parcerias. Informou sobre outros eventos atuais que também norteiam oportunidades
79 importantes, principalmente sobre a seleção de instrumentos econômicos essenciais ao desenvolvimento do
80 comitê como: a homologação do Decreto do Programa de Regularização Ambiental e Estudo do Solo Histórico,
81 o Movimento da Década da Restauração (com início em janeiro 2021) e o Programa de Serviços Ambientais
82 (lei implementada em 2020). Finalizou sua fala com boas expectativas sobre os encaminhamentos do plano
83 de ação envolvendo os municípios, setores de saneamento e os produtores rurais. Giacomini aproveitou a
84 oportunidade do assunto para lembrar que, se 25% dos conselheiros que compõe o comitê representa os
85 municípios, a participação desta representatividade deve ser muito importante. A seguir, encaminhou a
86 votação e não havendo manifestações de qualquer ordem foi aprovado o Plano de Ações Estratégicas do
87 Comitê da Bacia Hidrográfica de 2021. Em seguida, fez breve leitura sobre o teor do documento com menção
88 ao anexo1 já apresentado a todos anteriormente. No item 5 - Apresentação: Instituição da Comissão Gestora
89 Local (CGL) nas sub bacias com DAC – IGAM. Jackson Rodrigues, que trabalha na GERUH (Gerência de Uso
90 dos Recursos Hídricos), discorreu sobre a CGL (Comissão Gestora Local) que atua nas sub-bacias com área de
91 conflito. Foi reforçado por Giacomini que, se os comitês possuem a função primária de atuar nestas áreas,
92 torna-se uma obrigação que todos tenham conhecimento do conjunto de procedimentos técnicos e
93 administrativos como: DNs (Deliberações Normativas) e as portarias nº26 e nº48 estabelecidas pelo IGAM no
94 âmbito de ocorrência de processos de outorga coletiva e direito de uso de recursos hídricos. Jackson, projetou
95 e falou de forma específica sobre as legislações e sobre o instrumental denominado: Instrução de Serviço
96 Sisema de 03/2020, que trata detalhadamente de todo o processo de atuação do órgão, abrangendo as etapas
97 ou fluxo que vão desde a emissão do parecer técnico denominado DAC (Declaração de Área de Conflito) que
98 pode ser solicitado pelo setor usuário ou pelo próprio IGAM, até a decisão final denominada Outorga Coletiva
99 Definitiva. A exposição abordou de forma resumida a dinâmica que rege o processo de outorga coletiva, tendo
100 como foco a elaboração e formalização do Termo de Alocação de Águas. Ficou evidente que o processo
101 depende da participação e envolvimento do CBH uma vez que é responsável pela convocação para Instituição
102 da CGL (Comissão Gestora Local), composta por membros usuários dos recursos hídricos. Finalizada a
103 exposição, Gustavo Malacco – Neoambiente, contribuiu dizendo que já houve questionamentos ao IGAM por
104 deixar o segmento usuários de fora da instituição das comissões citadas ao estabelecer que só teria direito a
105 voto bem como participar da comissão diretora aquele que possuísse outorga, ação excludente que não cabe

106 na discussão de uso múltiplo resguarda por lei federal. Citou debates sobre a questão ocorridos no comitê de
107 Araguari para mostrar que o assunto já é recorrente, pela visão do órgão IGAM, que ele considerou como
108 equivocada, de que só quem tem outorga é que pode participar. Como resposta ao posicionamento de
109 Gustavo, o palestrante Jackson orientou para que seja encaminhado um pedido de retificação sobre a questão
110 por parte do órgão e Antonio Giacomini sugere que o assunto seja trazido ao comitê para encaminhamento
111 ao Conselho Estadual com a devida tratativa que embasa todo tema. Afirmou que o conselheiro que levantou
112 a questão, Gustavo Mallaco, terá o apoio da diretoria para levar a questão adiante se desejar. Aproveitou para
113 fazer alguns questionamentos a Jackson sobre: procedimentos para emissão da DAC, sobre atendimento das
114 portarias em relação às sub-bacias e a quantidade de CGLs, sobre participação dos usuários com uso
115 insignificante e sobre a constituição das CGLs enquanto membros participantes. As perguntas foram
116 respondidas de forma objetiva com acréscimo da participação do Sr. Bruno – IGAM, confirmando direitos de
117 representatividade dos usuários mediante apresentação de procuração. Giacomini, solicitou a Jackson que a
118 apresentação seja disponibilizada à secretaria do comitê, tanto para consulta sobre procedimentos quanto
119 para esclarecimentos de modo geral e agradeceu pela participação. Informou que a Câmara Técnica de
120 Instrumentos Econômicos tem esclarecido muitas questões e vem desenvolvendo um bom trabalho e lembrou
121 a todos, mais uma vez, a importância da gestão participativa e descentralizada em todos os níveis e processos
122 ainda que limitados por questões de regulamentações legais. O item 6 - Apresentação: Monitorando a
123 governança para aumentar a segurança hídrica: O Protocolo de Monitoramento do OGA Brasil, foi exposto por
124 José Arimatéia de Oliveira, representante da OGA, e teve como objetivo difundir o propósito do trabalho do
125 observatório de governança das águas. O palestrante além de membro do observatório, que ele definiu como
126 sendo uma rede de colaboradores vinculados às instituições jurídicas e comitês, é também presidente do
127 comitê do Médio Paraíba do Sul, coordenador do Fórum Fluminense do Comitê de Bacias e agrega uma vasta
128 experiência relativa à área ambiental. Parabenizou o comitê e o IGAM pelo desenvolvimento e organização
129 dos trabalhos e também solicitou a Jackson uma cópia da sua apresentação. Defendeu a qualificação e
130 disseminação de conhecimentos sobre administração de conflitos pelo uso da água como ações importantes
131 que inferem na segurança hídrica do país. Fez um resumo expositivo sobre o trabalho do observatório por
132 meio de um documento impresso chamado “Reflexões & Dicas, ressaltando que a proposta de discutir a
133 governança das águas é uma forma de reconhecimento político de que existe um processo organizado
134 envolvendo as questões hídricas, e que estas podem e devem ser fortalecidas com a junção de trabalhos
135 comprometidos como estes do CBH PN3. O conteúdo teórico do documento faz várias abordagens
136 importantes como: Os cinco principais riscos globais descritos no Relatório Global de Riscos apresentado no
137 Fórum Econômico Mundial. O trabalho realizado pelo ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) sobre
138 projeções de modelos climáticos na perspectiva de despertar mudanças de atitude humana de modo geral. O
139 relatório apresentado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra) mostrando o número elevado de conflitos pela
140 água ocorridos nos últimos anos no Brasil juntamente com graves e trágicas ocorrências, chegando a quase

141 370 mil pessoas envolvidas no ano de 2018. Publicações de relatos e exemplos de situações críticas ligadas
142 aos recursos hídricos que impactam na vida social de modo geram como ocorreu no fechamento da Hidrovia
143 do Tietê por seis meses causando mais de 5 mil desempregos diretos e indiretos e a mobilização de 10 mil
144 caminhões para substituir o trabalho realizado pela hidrovia. Dados do IBGE sobre as regiões com ocorrência
145 de secas que não se restringem apenas nas regiões nordestinas e também estudos sobre as mudanças
146 climáticas estão refletindo em todas as regiões do país assim como os eventos de alagamento em períodos de
147 chuva em centenas de municípios. E por fim, a respeito dos comitês brasileiros falou em dados quantitativos
148 abordando a atividade proposta pelo observatório chamada de “linhas de monitoramento” que tem como
149 objetivo contribuir com o melhoramento da governança dos comitês e explicou a diferença entre gestão e
150 governança usando como exemplo o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos por ser um
151 sistema bastante integrado. Relacionou o tema à outras abordagens relativas às relações sociais-políticas-
152 econômicas nos níveis municipais, estaduais e federais vinculadas aos recursos hídricos e ambientais. Divulgou
153 o site para acesso a versão completa do protocolo de monitoramento de governança das águas para que o
154 comitê, após reflexão coletiva, faça a adesão ao protocolo e posteriormente dê início ao trabalho de
155 implementação das atividades e aplicação de seus indicadores com alinhamento do grupo de trabalho.
156 Finalizada a apresentação, Otalino Rodrigues-SES pediu que o palestrante retomasse o tópico em que
157 menciona as projeções climáticas futuras do ITA-Instituto Tecnológico de Aeronáutica e sua dúvida foi
158 esclarecida. Maurício questionou sobre como o observatório se mantém financeiramente e foi explicado que
159 o próprio conjunto de colaboradores e envolvidos se mobilizam junto às instituições. Gustavo Mallaco contribuiu
160 apoiando de forma positiva adesão ao protocolo. Foi informado por Giacomini que o documento em questão
161 será encaminhado aos conselheiros por e-mail e manifesta intenção de encaminhar uma proposta para
162 plenária com objetivo de envolver a câmara técnica CTIL na formação de um GT para deliberações deste
163 trabalho. Neste contexto Maurício Garvil – ACII, propõe primeiramente que o protocolo seja melhor
164 trabalhado e amadurecido junto ao comitê em plenária e sua sugestão é apoiada pela conselheira Leila –
165 AMEDI. Eurípedes-ANGÁ sugere ainda que a CTLAN seja também convidada a participar desta discussão e
166 Polyana – ANGÁ, sugere como abreviação do processo, a criação de uma minuta sobre a formação do possível
167 GT a partir da participação das câmaras Técnicas CTIL E CTPAN, conforme sugerido por Giacomini e em
168 concordância à participação do palestrante. No item 7, sobre informes gerais das Câmaras Técnicas, Sergio
169 coordenador da CTRIE, informou sobre a definição e a aprovação das metodologias que precisa ser
170 encaminhada para plenária. Mas, baseado no estágio de encaminhamento em que se encontram os comitês
171 envolvidos, pede ajuda no encaminhamento sobre os próximos passos a serem dados, ou seja, de uma
172 decisão junto a plenária a respeito de se fazer convocação para que o assunto seja discutido com a presença
173 dos Comitês PN1e PN2 conjuntamente, e Polyana contribui, expondo a realidade que ela conhece de cada
174 comitê, que melhor seria tomar a iniciativa de dar encaminhamento e não aguardar demais participações até
175 mesmo em decorrências dos prazos que já se encontram bem estreitos. Giacomini, aproveita para explicar o

176 que vem acontecendo em relação à proposta elaborada pelo IGAM e que vem causando mal-estar nos comitês
177 ou mutilando a capacidade de decisão dos mesmos. Sergio informou que o assunto estará na pauta no
178 Conselho Estadual de Recursos Hídricos- CERH – MG, do dia 22 de março e pontuou o quanto foi interessante
179 a apresentação do IGAM, para a criação do grupo gestor que já está em andamento. Eurípedes, coordenador
180 da CTPLAN, informou que está fazendo um levantamento de atualização dos valores das etapas de
181 implementação do plano diretor com base nas prioridades, para posteriormente este resultado ser
182 apresentado na próxima reunião. A ideia é realizar um trabalho conjunto com a CTRIE na escolha da
183 metodologia que dará melhor sustentabilidade para o plano. Informou que nos próximos dias os
184 representantes da câmara estarão entrando em contato com os representantes das prefeituras que
185 participam da plenária para que sejam porta-vozes das demais prefeituras que não possuem
186 representatividade para dar seguimento no alinhamento das questões do termo de referência que será
187 encaminhado ao Ministério Público para autonomia e elaboração de projetos. Marisa coordenadora da CTIL,
188 informou que como não houve demanda requerendo realização de reuniões da câmara desde ano passado
189 após o desmembramento (CTPLAN e CTRIE), não há informes. Giacomini, a orienta para que se organize
190 juntamente com Eurípedes da CTPLAN, sobre a questão da avaliação da OGA conforme indicada para a
191 próxima plenária e pede o envolvimento do maior número possível de representantes das prefeituras e suas
192 áreas de influência dada a importância de suas participações na execução das ações junto à política de águas
193 no Baixo Paranaíba. **Encerramento:** Não havendo mais manifestações de participação e nada a tratar, o
194 presidente Antônio Giacomini encerrou a reunião agradecendo a participação e atenção de todos presentes.

195 

196 Antônio Giacomini Ribeiro
197 Presidente em exercício do CBHPN3



Elaine Aparecida de Oliveira
Secretaria Executiva